

# DIREITO & JUSTIÇA

MARCELO AGNER (INTERINO)  
MARCELOAGNER.DF@DABR.COM.BR  
TEL. 3214-1344

## CIDADANIA DOS JUÍZES E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Direito Constitucional

O exercício da cidadania está garantido e vinculado, constitucionalmente, ao pleno gozo de todos os direitos civis, políticos, sociais, coletivos e difusos dos cidadãos de um país e do planeta, em dimensão cósmica.

A palavra cidadão, na plenitude de sua força, conota a ideia de uma participação consciente e voluntária na construção de uma sociedade global sempre mais solidária, no cumprimento dos deveres e direitos cívicos, em perspectiva universal.

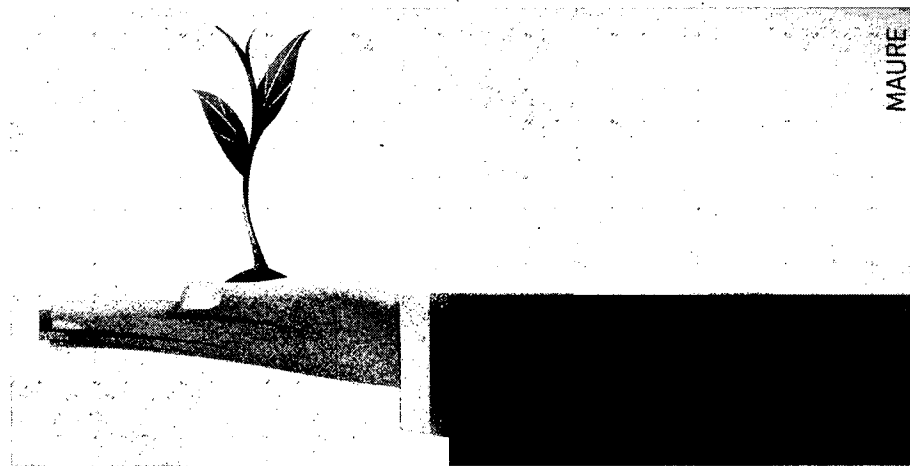
No mundo atual, a hipertrofia do Poder Executivo, em muitos países, tende a desconsiderar o valor e o significado da ordem constitucional legítima, a fim de que determinado plano de governo, gerenciador de interesses alienígenas, se sobreponha à intangibilidade do sistema constitucional vigente.

Nesse contexto, os juízes exercem função relevante de cidadania, na defesa do Estado Democrático de Direito, pondo freios aos constantes abusos do Executivo.

Assim o fora, na liberação do plantio da soja transgênica (round up ready), para fins comerciais, aqui, no Brasil, sem observância da exigência constitucional do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), a ser obstada pela ação diligente do IDEC e do Ministério Público Federal perante meu Juízo, avalizado por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com a consciência constitucional de que todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CF, art. 225, caput).

Nesse contexto, a voz das cidadanias se rebelam contra as invasões de áreas públicas, em todo o território nacional, mas de forma peculiar contra as invasões que acontecem, especialmente, na Amazônia legal, sob o olhar passivo e conivente de nossos governantes e dos órgãos visivelmente responsáveis pela tutela do meio ambiente natural e artificial, como conquistado do homem vocacionado a habitar a cidade cósmica dos próximos milênios.

No atual momento histórico, convém destacar o alerta preambular da Carta da Terra, aprovada pela UNESCO, em Paris, no dia 14 de março de 2000, nestas letras: "Estamos diante de um momento crítico na his-



MAURE

### SOUZA PRUDENTE

Desembargador federal – TRF1ª Região e diretor da Escola Superior da Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF)

tória da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações."

No Estado democrático de Direito, o Poder Judiciário está sendo permanentemente convocado, com os demais Poderes públicos e toda a coletividade, a defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado (CF, art. 225, caput), adotando técnicas e procedimentos processuais mais rápidos e eficazes (CF, art. 5º, incisos XXXV e LXXVIII), que repudiam qualquer postura de inércia ou omissão ante os desafios dos novos direitos, em temas emergentes e difusos, como dignida-

de da pessoa humana, redução das desigualdades sociais, erradicação da miséria e da marginalização, defesa do meio ambiente natural, artificial, do trabalho e cultural, visando a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

É lamentável ver-se um país como este, de dimensões continentais, com imensas riquezas e belezas naturais, inteiramente exposto à cupidez alienígena e poluído de milhões de miseráveis de todas as idades, sem saúde, sem teto, sem terra, sem pão e educação e sem nada, com índices alarmantes e sempre mais crescentes de violências e criminalidades, ante a postura discursiva e omissiva de nossos governantes, sem pronta solução.

No entanto, aumenta, cada dia, o espectro assustador da exclusão social. O poder de compra interno entrou em colapso, a fome eclodiu, hospitais e escolas fecharam as portas e milhões de crianças viram negado seu direito à educação primária e ao mínimo existencial.

Ainda se ouve o choro dos meninos perdidos do Sudão, cativos a US\$ 100 (cem dólares) por cabeça, como noticiava, na época, a mídia internacional.

Em plena aridez do deserto africano, mulheres e crianças negras da tribo dinka esperavam acorrentadas e famintas para serem vendidas e o mercador negociava com o homem branco cada ser humano como se eles fossem uma propriedade ou mercadoria rentável, na triste realidade do Sudão em pleno século XXI.

Lembra-nos essa cena dantesca, a visão de horror do poeta dos escravos, que, na

descrição da tragédia de seu *Navio Negroiro*, sob o olhar atento da águia do oceano, assim contou: "Era um sonho dantesco... O tombadilho que das luzernas avermelha o brilho, em sangue a se banhar. Tinir de ferros... estalar do açoite... Legiões de homens negros como a noite, horrendos a dançar. Negras mulheres, suspendendo as tetas, magras crianças, cujas bocas pretas regam o sangue das mães. Outras, moças... mas novas, espantadas, no turbilhão de espectros arrastadas, em ânsia e mágoa vãs. Presa nos elos de uma só cadeia, a multidão faminta cambaleia, e chora e dança ali! Um de raiva delira, outro enlouquece... Outro, que de martírios embrutece, cantando, geme e ri! Quem são estes desgraçados, que não encontram em vós, mais que o rir calmo da turba que excita a fúria do algodo? Quem são...? Se a estrela se cala, se a vaga à presa resvala, como um cúmplice fugaz, perante a noite confusa... Dize-o tu, severa musa, Musa libérrima, audaz! São os filhos do deserto onde a terra esposa a luz. Onde voa em campo aberto a tribo dos homens nus... São os guerreiros ousados, que com os tigres mosqueados combatem na solidão... Homens simples, fortes, bravos... Hoje míseros escravos sem ar, sem luz, sem razão." E os "navios negreiros" ainda aportam nos mares africanos, em pleno século XXI, e repetem o espetáculo dantesco, que o poeta descreve, à luz do tombadilho do século XIX, enquanto o povo imigrante agoniza em lento genocídio, sob o patrocínio letal dos "abutres internacionais".

Não é somente a África que agoniza ante a indiferença humana e global. Nas últimas décadas cerca de 20 mil imigrantes morreram no mar tentando aportar no continente europeu, em busca de dias melhores. Desde 2016, mais de 2 mil venezuelanos pediram refúgio ao Brasil, pelo agravamento da crise econômica e social de seu país, com graves violações de seus direitos humanos.

E o Papa Francisco nos adverte que essa globalização da indiferença faz dos homens pessoas sem rosto e sem nome e nos torna insensíveis à dor e ao sofrimento dos outros, nossos irmãos.

Penso que hei de habitar a cidade de todos e todas as cidades, onde a angústia e a dor humana precisam ser curadas, com gestos de quem pretende construir a vida com a solidariedade responsável de seus concidadãos.

n. 20.214